

EPITACIO KLEBER FRANCO JUNIOR  
MARIA DE FATIMA HOLANDA REBONATTO  
MONICA BRAUN CABRAL

Total: 4

**4ª CÂMARA CÍVEL**

DURCE MAIRY FREITAS GOMES  
SHEILA FLORÊNCIO ALVES FALCONERI  
VALERYA REBOUÇAS DE OLIVEIRA

Total: 3

**1ª CÂMARA CRIMINAL**

ADNA LANDIM FACUNDO  
ALEXANDRE RAMOS GARCIA  
CICERO PAIVA  
DAVYD JEFFERSON PINHEIRO DE CASTRO  
ELMA LUCIA PAIVA FERREIRA  
MARIA ESTELA ALBUQUERQUE DE SA LEITAO  
RUFINA SOARES ROCHA

Total: 7

**2ª CÂMARA CRIMINAL**

BIANCA SARQUIS MELO AMORIM TAVARES  
MARIA CELESTE MOREIRA NETA  
MARIA DE FATIMA BASTOS LEITAO MARTINS  
MARILZA ROCHA DE CARVALHO  
TEREZA NEVES SAMPAIO COUTO RIOS

Total: 5

ASS. DE CÂMARA  
AGENTE ADMINISTRATIVO  
SECRETARIO DE CAMARA

OFICIAL DE JUSTICA AVALIADOR ENT.ESPECIA  
ASS. DE CÂMARA  
SECRETARIO DE CAMARA

TÉCNICO JUDICIÁRIO DE ENTRANCIA ESPECIAL  
SECRETARIO DE CAMARA  
GUARDA MUNICIPAL DE 2o. CLASSE  
ASS. DE CÂMARA  
ANALISTA JUDICIÁRIO ADJUNTO DE ENT ESPEC  
TÉCNICO JUDICIÁRIO DE ENTRANCIA ESPECIAL  
ANALISTA JUDICIÁRIO ADJUNTO DE ENT ESPEC

ASS. DE CÂMARA  
ANALISTA JUDICIÁRIO DE 3ª ENTRANCIA  
ATENDENTE JUDICIÁRIO DE 3ª ENTRÂNCIA  
SECRETARIO DE CAMARA  
TÉCNICO JUDICIÁRIO DE 1ª ENTRÂNCIA

\*\*\*

**PROVIMENTO Nº 10/2007**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 3º da Lei Estadual nº 13.080, de 29 de dezembro de 2000, que cria o Fundo Especial para o Registro Civil – FERC, destinado a financiar a gratuidade universal instituída pela Lei Federal nº 9.354, de 10 de dezembro de 1997;

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de alterar o Provimento nº 01/2001, de 10 de janeiro de 2001, que trata da indicação do membro deste Poder para compor, como seu representante, o Conselho Diretor do FERC,

**RESOLVE** designar o Dr. FRANCISCO JOSÉ MARTINS CÂMARA, Juiz de Direito Titular da 9ª Vara de Família de Fortaleza, para integrar o Conselho Diretor do Fundo Especial para o Registro Civil – FERC, como representante do Poder Judiciário, em substituição ao Excelentíssimo Senhor Desembargador CELSO DE ALBUQUERQUE MACÊDO.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, em Fortaleza, aos 29 de outubro de 2007.

**Desembargador FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA**  
Presidente do Tribunal

\*\*\*

PORTARIA Nº 1083/2007-TJ-SG - O SECRETÁRIO GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, **no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos arts. 120 a 123 da Lei nº 9.809, de 18.12.73.**

**RESOLVE** autorizar a entrega, mediante Suprimento de Fundos a(o) Dr.(a) **NEUTER MARQUES DANTAS NETO**, Juiz de Direito do Fórum da Comarca de **ACARAU-CE**, da importância de R\$ 300,00

(Trezentos reais) à conta da dotação 33903900 FR 00, do vigente orçamento de 2007, conforme Nota de Empenho nº 01569 anexa, a fim de atender ao pagamento de despesas Miúdas e de Pronto Pagamento necessárias ao serviço da Comarca acima citada.

A aplicação dos recursos a que se refere esta autorização não poderá ultrapassar a 45 dias, a contar da data do seu recebimento, devendo o responsável apresentar a comprovação da despesa até 15 dias após concluído o prazo da aplicação. **REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Secretaria Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**, em Fortaleza, aos 24 de outubro de 2007.

**DR. BOMFIM CAVALCANTE CARNEIRO**  
SECRETÁRIO GERAL DO TJCE

\*\*\*

PORTARIA Nº 1082/2007-TJ-SG - O SECRETÁRIO GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, **no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos arts. 120 a 123 da Lei nº 9.809, de 18.12.73.**

**RESOLVE** autorizar a entrega, mediante Suprimento de Fundos a(o) Dr.(a) **FÁTIMA XAVIER DAMASCENO**, Juíza de Direito do Fórum da Comarca de **PENTECOSTE – CE**, da importância de R\$ 300,00 (Trezentos reais) à conta da dotação 33903900 FR 00, do vigente orçamento de 2007, conforme Nota de Empenho nº 01570 anexa, a fim de atender ao pagamento de despesas Miúdas e de Pronto Pagamento necessárias ao serviço da Comarca acima citada.

A aplicação dos recursos a que se refere esta autorização não poderá ultrapassar a 45 dias, a contar da data do seu recebimento, devendo o responsável apresentar a comprovação da despesa até 15 dias após concluído o prazo da aplicação. **REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Secretaria Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**, em Fortaleza, aos 24 de outubro de 2007.

**DR. BOMFIM CAVALCANTE CARNEIRO**  
SECRETÁRIO GERAL DO TJCE

\*\*\*